

# Reformas de Base: Goulart e a Estrutura Agrária

Manuela de Souza Diamico

*Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina.*

[manuela\\_diamico@hotmail.com](mailto:manuela_diamico@hotmail.com)

## Resumo

Este artigo discute as controvérsias em torno da proposta de reforma agrária do presidente João Goulart, que levou ao seu isolamento e ao conseqüente Golpe de Estado por parte dos setores conservadores, em 1964. Procura-se refletir sobre a importância da questão agrária no Brasil, evidenciando que no contexto anterior ao golpe qualquer proposta que viesse a conduzir a um desenvolvimento político-econômico independente do país era tida como ameaça, afinal, se efetivada, promoveria concomitantemente alterações estruturais tais como maior intervenção do Estado na economia nacional e a alteração na estrutura produtiva. Para auxiliar a reflexão serão utilizadas análises de Josué de Castro sobre o problema da miséria e da fome, expressão mais severa do subdesenvolvimento do país que está diretamente relacionada com a estrutura produtiva.

**Palavras-chave:** Reformas de base. João Goulart. Estrutura agrária.

A questão do subdesenvolvimento nacional é um tema recorrente nos debates sociológicos e políticos. Temática que envolve a questão do desenvolvimento industrial, ou, por outro lado, o atraso técnico; e envolve também questões relativas a pobreza, miséria e desigualdade. No Brasil a estratificação social e a estrutura econômica e agrária foram definidas já no período colonial e apesar da modernização dos modos de produção, ainda resguarda as mesmas formas de poder tradicional. Poder caracterizado pela organização política em torno e dirigida pelas oligarquias tradicionais, numa configuração que permite a manutenção das mesmas estruturas políticas (conservadoras), econômica (liberais) e social (dominação da classe burguesa /oligárquica), e mais, influi na manutenção da mesma estrutura agrária de latifúndios monocultores.

A intervenção na ‘harmonia’ dessa lógica administrativa fora sempre considerada um afronta a ‘ordem nacional’, determinada do início ao fim pelas classes dominantes. A maior ofensiva que pode haver a tal “ordem” é a intervenção das classes subalternas que, se organizadas, podem de fato modificar aquelas estruturas (TOELDO, 1982, p. 55). Assim, mesmo que inspirados por setores progressistas da burguesia os levantes populares foram vistos sempre como ameaça. Qualquer proposta que viesse a

conduzir a um desenvolvimento político-econômico independente do país era tida como ameaça, afinal, se efetivadas promoveria concomitantemente alterações estruturais tais como maior intervenção do Estado na economia nacional, e alteração na estrutura produtiva. Esta última, a intervenção na forma de produção de bens de consumo, fora o carro chefe do governo de João Goulart em 1961.

Este artigo pretende esboçar as controvérsias em torno da proposta de reforma agrária de Jango que levou ao seu isolamento e o conseqüente Golpe de Estado por parte dos setores conservadores, o “Golpe de 64”, para, com ele, refletir sobre a importância da questão agrária no Brasil. Para auxiliar a reflexão serão utilizadas análises de Josué de Castro (1965) sobre o problema da miséria e da fome, expressão mais severa do subdesenvolvimento do país que está diretamente relacionada com a estrutura produtiva.

### **1. As Reformas de Base**

As propostas de mudanças estruturais tanto políticas, econômicas e sociais, denominadas Reformas de Base entraram no debate político desencadeado através do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, que contou com políticos expressivos como João Goulart (Jango) e Getúlio Vargas. Um conjunto de propostas que visavam promover alterações estruturais que garantissem a superação do subdesenvolvimento e permitissem uma diminuição das desigualdades sociais no Brasil. No entanto, apenas com a chegada de João Goulart à presidência da República, em setembro de 1961, as chamadas Reformas de Base transformaram-se em bandeiras do novo governo e ganharam maior consistência.

As Reformas englobavam um conjunto de iniciativas: reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária, universitária e eleitoral - defendia a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos; Defendia medidas nacionalistas como a de maior e mais ampla intervenção do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.

O carro-chefe do Plano Trienal – como foi denominado oficialmente o projeto de reformas - foi a Reforma Agrária, que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade a milhões de trabalhadores rurais. Defendia Jango que, não só pretendia fazer a reforma agrária, como seria impossível desenvolver o país sem realizá-la, e para tanto, seria necessário alterar, inclusive, a constituição nacional.

### **1.1 A posse de Jango**

Em 25 de agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, constitucionalmente seria dada a posse à seu vice João Goulart. No entanto, por figurar um político de esquerda e nacionalista, desde a época em que foi ministro do trabalho do governo Vargas, e simpático aos sindicatos, os setores conservadores não pretendiam deixá-lo assumir. E, alguns ministros representantes dos poderes rurais e militares pretendiam vetar, inclusive, seu retorno ao Brasil. Somente após a articulação de aliados de esquerda, incluindo o III exército (do Rio Grande do Sul), Jango pode retornar, mas sem ser empossado.

Após a luta pelo retorno de Jango e a “legalidade”, fora instaurado o regime parlamentarista como uma medida paliativa que evitaria a eclosão de uma guerra civil no Brasil, medida defendida tanto por setores de esquerda quanto direita. Tal medida, conhecida como “solução de compromisso” TOLEDO (1982), possibilitou a posse de Jango, mas sob regime parlamentarista. Assim, ao dia 07 de setembro de 1961 Goulart recebeu do congresso nacional a faixa presidencial. De acordo com a emenda parlamentarista, o Poder Executivo passava a ser exercido pelo presidente da República, a quem caberia a escolha do primeiro ministro, e por um conselho de ministros. O presidente da

República perdia, assim, o poder de elaborar leis, orientar as políticas externas elaborar propostas de orçamentos, entre outras coisas. A emenda constitucional nº 4 previa a realização de um plebiscito que viesse a decidir sobre a manutenção do sistema parlamentar ou retorno ao sistema presidencial. Medida apoiada por Goulart, pois, estava confiante de que com o plebiscito sua situação seria mudada, e o presidencialismo retornaria sob sua direção.

O regime parlamentarista durou pouco tempo (setembro de 1961 a janeiro de 1963), mas, no entanto, passou por três configurações. Os maiores problemas que deveriam enfrentar os parlamentares era endividamento econômico herdado dos governos Kubitschek e Quadros, e uma crise no setor alimentício. Pois, os governos desenvolvimentistas, investiram quase que exclusivamente nos setores industrial e comercial em detrimento do setor de produção agrícola.

Assim em 1961 surgem agudas crises de abastecimento alimentício, que geraram inquietações sociais e ameaça ao sistema parlamentar, TOLEDO (1982, p. 24).

## **1.2 Campanha pelo plebiscito**

Apesar das boas relações diplomáticas com os Estados Unidos - que agradava os setores conservadores – a insistência de Goulart pelas reformas estruturais não eram bem aceitas pelo gabinete parlamentar. Assim em primeiro de maio, em seu discurso em Volta Redonda, conquistou a fúria dos setores de direita ao denunciar a forma “moderada” e “conciliadora” pela qual o gabinete de Tancredo vinha encaminhado o debate do anteprojeto de Reforma Agrária de autoria do ministro da agricultura, Armando Monteiro (PSD). A questão das reformas era entendida por todos os setores como de suma importância para o desenvolvimento nacional, a divergência insidia sobre a forma e procedimentos adequados.

A proposta de Goulart que propunha alteração o §16 do artigo 141 da Carta de 1946 que condicionava as desapropriações de terra à “prévia e justa indenização em dinheiro” – preceito constitucional que, na prática, impedia a reforma agrária e a redistribuição de terras, provocou uma revolta dos setores de direita. O discurso de Goulart em Volta Redonda, de acordo com TOLEDO (1982), pode ser considerado um importante marco político, tanto por representar o primeiro esforço do governo de realizar as reformas de base, mas também por significar o afastamento efetivo do presidente e os parlamentares, o que representou uma derrota dos setores conservadores, TOLEDO (1982, p. 32).

No período do terceiro e último gabinete, presidido por Hermes de Lima - durou pouco mais de quatro meses - as forças sociais e políticas nacionalistas faziam campanha para derrotar o regime parlamentarista, mesmo alguns ministros que

compunham o gabinete (TOLEDO, 1982, p. 36). A campanha pelo presidencialismo significava um voto de confiança no presidente que propunha defender as reformas de base e no dia 6 de janeiro de 1963 numa proporção de 5 votos para 1, foi rejeitado em plebiscito o regime parlamentarista. Segundo a análise de TOLEDO (1982, p. 39), o sistema parlamentarista fracassou pela incapacidade que demonstrou em lidar com os assuntos administrativos, além da constante crise política.

Ao dia 23 de janeiro reassume Jango com plenos poderes, àqueles garantidos pela carta de 1946, ao presidente da República. Os desafios ao presidente Jango seriam então superar as constantes crises políticas e financeira e retomar o crescimento nacional, que como afirma TOLEDO, estavam previstas em seu plano de governo. E que, nas palavras do autor, “como tende a ocorrer em todo regime democrático-burguês, o executivo anunciava que seu Plano de Governo tinha condições de resolver em profundidade os impasses e as dificuldades enfrentadas pelo conjunto da sociedade brasileira” (TOLEDO, 1982, p. 42). O plano de governo de Jango foi denominado “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1965”, elaborado por Celso Furtado e que propunha harmonizar e satisfazer os interesses antagônicos de patrões e empregados, proprietários e trabalhadores assalariados. Era de fato um plano conciliador, ou, ao menos, se assim se reivindicava (TOLEDO, 1982, p.43).

### **1.3 O Plano**

Diante de um cenário econômico que apresentava perceptíveis dificuldades no gerenciamento das contas públicas e dos contratos externos, foi anunciada em 30 de dezembro de 1962, a adoção de um novo modelo geral de orientação da política econômica do governo. Elaborado pela equipe chefiada pelo ministro extraordinário do Planejamento, o economista Celso Furtado, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social procurou estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do crescimento inflacionário. Propunha uma política que permitisse a retomada do desenvolvimento econômico com o crescimento do PIB, e com controle das taxas inflacionárias. Além disso, pretendia distribuir melhor a renda e diminuir as desigualdades regionais, pois, do contrário poderia levar à crise econômica combinada com o acirramento das desigualdades sociais a convulsões sociais. Embora o objetivo fosse minimizar as tensões sociais, as medidas necessárias não agradavam alguns setores dominantes de direita. Os setores internacionais, por exemplo, não

ficaram contentes com a conclusão do plano de que a crescente inflação era causada pela drenagem de recursos para exterior e os subsídios governamentais a exportação – principalmente os Estados Unidos.

O plano fora criticado pela esquerda, pois, apesar de reconhecer o problema dos subsídios aos latifúndios não propunha sua extinção, mas apenas refinanciá-lo, ou seja, medidas paliativas que comprovavam a capitulação do governo aos latifundiários, (TOLEDO, 1982, p. 45). Para o ministro da fazenda à época San Tiago Dantas “o êxito da política econômico-financeiro passava a depender da ‘compreensão geral das áreas oficiais e não oficiais’ acerca da ‘dramática situação’ que enfrentava o país” (in. TOLEDO, 1982, p. 46). O que significava, num momento em que as manifestações sociais eram amplas, uma tentativa de paralisar as manifestações e as organizações sociais com o pretexto de que não poderia intervir de imediato por causa de questões burocráticas; e que o povo deveria confiar no ‘presidente comunista’ ii. Fazendo parecer que o desenvolvimento do país dependeria da compreensão e paciência da população. Estava presente no discurso populista do presidente a idéia de que os empresários deveriam tentar conter seus ímpetos por acumulação e os trabalhadores deixar de pressionar o governo com suas reivindicações. Embora não trouxesse nenhuma intervenção positiva real aos trabalhadores lhes pedia - como em todos os planos “salvadores” – colaboração, paciência e patriotismo (TOLEDO, 1982, p. 47). Na prática isso significou a manutenção da poupança dos setores produtivos - latifundiários ou empresários – e por outro lado, maiores sacrifícios às classes populares, os trabalhadoras.

Outro fator de desgaste dos setores populares com relação ao apoio ao presidente, foi a medida que eliminava os subsídios ao trigo e ao petróleo, que repercutiu no aumento de cerca de 40% no preço do transporte e 177% do trigo e do pão, já nos primeiros meses de 1963. O plano trienal não estava agradando nem aos setores populares, mesmo os organizados como o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, e nem os setores produtores. A crise agravou-se ainda mais com a política externa que não atendeu às expectativas de esquerda, demonstrando, segundo TOLEDO (1982), o anti-nacionalismo Goulart, pois, comprovava que o país estava entrando nos moldes da política econômica financeira dos EUA e FMI. (TOLEDO, 1982, p. 49). Como resultado, em seis meses , o plano via-se inviável política e economicamente, nem os

setores trabalhadores nem os setores produtores apoiavam Jango. Situação agravada pelo balanço econômico, elaborado no final do ano, o qual evidenciou que nem aumentou o PIB nem se diminuiu a inflação, ao contrário, verificou-se aumento na inflação, e estagnação do crescimento. (TPLEDO, 1982, p. 52).

#### **1.4 As Reformas: Como garantir a propriedade e impedir a “convulsão social”**

As argumentações conservadoras contrárias às reformas propostas por Jango giravam em torno do “perigo de findar a propriedade privada no Brasil”, ou, quanto às reformas eleitorais e educacionais, acabariam com a “harmonia política” (TOLEDO, 1982:55). O maior receio dos setores de direita, por tanto, era o da intervenção das classes trabalhadoras no poder político, principalmente com as insurgências que estavam acontecendo no campo com invasões de terras, e a luta pela terra.

No entanto, é preciso esclarecer que as propostas de reformas só surgiram em cena no discurso Jango, como denuncia TOLEDO, 1982, na época do plebiscito e, quando presidente, só retornou com a constatação do fracasso do plano trienal e a falta de apoio político de Jango, (TOLEDO, 1982, p. 53). O ponto de pauta mais polêmico dentre as reformas, como afirmado anteriormente, a reforma agrária se justificava pela necessidade de aumentar a produção de alimentos, principalmente com o aumento da população urbana decorrente do desenvolvimento técnico; mas também para criar mercado interno de consumo da produção (TOLEDO, 1982, p.54). Deste modo propunha a redistribuição das terras, mas desde que se mantivesse o maior número de terras a poucos latifúndios, afinal como latifundiário, Goulart não pretendia uma reforma radical. Sua proposta de reforma não pretendia uma revolução, como sugeriam seus oponentes políticos – proprietários rurais e seus setores políticos, assim como setores da igreja católica. De acordo com TOLEDO, seu objetivo com a reforma agrária era, pelo contrário, garantir propriedade privada, assegurando o mínimo necessário aos trabalhadores, de modo a evitar uma convulsão social (Darci Ribeiro, “Governo Goulart caiu por suas qualidades, não por seus defeitos”, in. Toledo, 1982: 55). Ou seja, Goulart pretendia garantir que a reforma fosse feita aos seus moldes, e deste modo, manter a miséria em um nível controlável.

O partido político PSD não se opôs de início, as propostas de Jango. Mas após a importante convenção da UDN – de abril de 1963, que contava com o apoio dos EUA para acabar de vez com o comunismo legal de Jango o PSD passou a apoiar a intervenção de direita e se coliga com a UDN. Essa coligação de forças fora decisiva para a intervenção das forças armadas na vida política nacional que culminaria no golpe de 64. Fortalecidos politicamente conseguiram, os conservadores, vetar no congresso propostas de Jango como a da emenda constitucional que tentava tornar viável financeiramente a reforma agrária. A partir dessa represalha setores de esquerda e movimentos sociais começaram uma campanha pela reformas, “Reformas Já”, e de denuncia ao reacionarismo do congresso (PSD e UDN).

A reação de Goulart foi a de tentar apoio do PSD fazendo alterações no projeto de lei, para torná-la mais aceitável para este setor. Com isso afastou-se de seus assessores ligados a Brizola que não concordavam com as concessões. Mas sua tentativa foi em vão, pois na medida que o PSD afastava se do PTD (de Jango), aproximava-se da UDN e sua contra o surto de “agitação social”, “desordem” e a “comunicação crescente do país” promovida, segundo eles, por Jango e forças subversivas como o CGT, UNE, FMP e outras. Além de perder o apoio do setor menos conservador da direita, sofreu também, por parte dos setores nacionalistas e de esquerda críticas à sua indecisão e indefinição política, TOLDEO (1982, p. 59).

### **1.5 O isolamento e debilidade política do governo**

Num momento de indefinição e fortes críticas tanto dos setores de direita quanto de esquerda, Goulart arriscou uma medida que desagradar a todos os setores: pediu a instauração do Estado de Sitio. Os setores de esquerda eram contra, pois tal medida limitaria a liberdade democrática necessária à luta; já os setores de direita entendiam como uma tentativa de golpe. (TOLEDO, 1982, p. 63)

Tentativa frustrada, o espectro de um golpe por parte da direita se fazia cada vez mais iminente. Em meio a crise política os setores nacionalistas de esquerda não queiram perder o apoio do presidente, e ainda tentaram convencê-lo de que o melhor a fazer seria tomar uma decisão política e econômica definitiva, e proceder adiante com a efetivação das reformas de base. Mas o momento político não possibilitava qualquer ação de desagrado aos setores de direita, o golpe estava sendo armado e o presidente

não conseguiu sequer indicar Brizola para ministro da fazenda, com o medo da sublevação conservadora. Situação agravada pelo fechamento do balanço do ano de 1963, que se mostrou um dos piores da história (TOLEDO, 1982).

### **1.6 A questão agrária**

Diante das resistências, o governo passou a pressionar o Congresso juntamente com os movimentos sociais, que demandavam reforma agrária "na lei ou na marra". Foi nesse jogo de pressões que João Goulart anunciou, em 13 de março de 1964, no Comício das Reformas, realizado no Rio de Janeiro, a desapropriação de terras localizadas às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas. Como resultado, os atos do governo culminaram na ruptura com grupos de centro que lhe davam suporte, como o Partido Social Democrático (PSD), e a deflagração do golpe civil militar de 30 de março de 1964.

### **2. A fome e a questão agrária para Castro**

Josué de Castro foi apoiador da campanha pelas reformas de João Goulart – principalmente a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas aos assalariados rurais. No ano de 1962, com as posições políticas que tomara e com o seu prestígio internacional, Josué de Castro foi designado pelo governo brasileiro embaixador junto à Conferência Internacional de Desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça e, em seguida, na reunião da FAO, em Roma. Entretanto, o golpe ou contra-revolução de 1964 abateu-se sobre a maioria dos brasileiros de idéias progressistas e, além do terror instaurado no país, numerosas personalidades tiveram os seus direitos políticos cassados - entre eles, o próprio Josué de Castro que denunciou sempre o processo de produção baseado no latifúndio e monocultura e, assim, obteve antipatia dos setores políticos tradicionais. Com a cassação de seus direitos políticos, Josué de Castro foi destituído do cargo de embaixador do Brasil junto aos organismos internacionais ligados à ONU.

A questão da Fome no Brasil, para CASTRO (1965) está diretamente relacionada com a estrutura econômica e política da sociedade brasileira. Argumenta que a fome é a maior expressão da política dependente brasileira, sendo que a única forma de eliminá-la é através de políticas que privilegiem a sociedade brasileira e não os monopólios estrangeiros. Defendeu um posicionamento político nacionalista - bastante

presente em sua época - e uma economia planificada; e procurou, a partir de estudo aprofundado dos casos de fome e questões técnicas referentes à alimentação, contribuir para o desenvolvimento de políticas adequadas para superação do subdesenvolvimento nacional. Questionou, ainda, e de forma enfática a estrutura agrária, que impede o desenvolvimento real da economia nacional.

Em última análise, de acordo com CASTRO (1965), a fome é uma situação de desajustamento econômico e político consequência da inaptidão de um Estado Político. Estado sempre deficiente, primeiro em enfrentar o poder dos donos da terra, aqueles detentores do poder ainda empenhado pelo império, e depois por uma onda de centralismo do poder, acompanhado sempre pelo uso inadequado da força política, o braço armado repressivo, (CASTRO, 1965, p. 266). Lógica tendente sempre à acumulação dos lucros a uns poucos donos de terras, interessados na manutenção do status quo político e social. Ou seja, um desenvolvimento anti-nacional, colonialista, baseado no latifúndio improdutivo, sistema de grande plantação escravocrata, que tem como consequência o pauperismo e a fome. Por outro lado, o surto de urbanização e o abandono do campo também contribuíram para maior precarização do nível de vida dos trabalhadores. Pois, à urbanização não se seguiu uma agricultura forte baseada na exploração racional do solo, tendendo apenas a acentuação dos problemas alimentares do país (CASTRO, 1965, p.266). Observa que a urbanização não é um mal em si, representa uma fase de transição obrigatória a uma economia agro-industrial, porém, nos países coloniais tal desenvolvimento veio em forma de lucro para alguns poucos.

Outro fator pouco favorável às condições alimentares tem sido o privilegio do desenvolvimento de algumas regiões em detrimento de outras. Numa lógica que procurou desenvolver o que já estava em processo de desenvolvimento e não integrou no sistema econômico do país as áreas ainda hoje marginais, tais como o Nordeste e a Amazônia. Sendo o caso do Nordeste o mais alarmante por concentrar um terço da população nacional de condições econômicas precárias. Neste sentido a política federal tem sido a de proteção à economia açucareira, que nem de longe pode resolver ou auxiliar as resoluções dos problemas econômicos da população de lá habita; ou então a política assistencial, que em geral não atende aos realmente atingidos pelos flagelos da seca nos tempos calamitosos. (CASTRO, 1965, p. 269).

Sugere CASTRO (1965) que tais regiões não precisam de ajuda, mas respeito econômico; que não sejam tratados como colônias pelas metrópoles, mas que sejam tão partes da economia nacional como outras regiões; mais respeito que ajuda. Propõe a unificação econômica do país. Pois, segundo o autor, o que acontece é que os planos de política cambial de exportação, de tarifas e de créditos beneficiam mais outras regiões e menos a região norte e nordeste do país (CASTRO, 1965, p. 269). O problema na disparidade econômica dentro do país pode ser explicado pelo nome de subdesenvolvimento. Pois, define CASTRO, 1965, subdesenvolvimento como “desnível econômico, é disparidade entre os índices de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõe o espaço sócio-geográfico de uma Nação” (CASTRO, 1965, p. 270). Assim, propõe, o desenvolvimento sócio econômico autêntico só poderá ocorrer com a atenuação desses desníveis. (CASTRO, 1965, p. 270).

Os planos desenvolvimentistas, embora proponham o patriótico objetivo de promover o desenvolvimento de forma acelerada, não contribuíram de forma efetiva para acabar com a fome de certas áreas, (CASTRO, 1965, p. 271). Argumenta que “mesmo industrializando-se, a nossa economia seguiu os ditames de uma economia de tipo colonial, politicamente desinteressada pela sorte da maioria, apenas ocupada em desenvolver mais o desenvolvido e em enriquecer mais os já enriquecidos pelo sistema vigente” (CASTRO, 1965, p. 274). Ou seja, o desenvolvimento encadeado não é o desenvolvimento autêntico das aspirações das massas sociais. Assim a maior desigualdade que deve ser denunciada é o desequilíbrio entre economia agrícola e industrial.

Reconhece que num processo de desenvolvimento de um país subdesenvolvido, o desenvolvimento das economias não ocorrem de modo equilibrado e que, por tanto, é a ação estatal de acompanhamento e com medidas enérgicas que possibilitaria amenizar tais disparidades (CASTRO, 1965, p. 274). Acredita, CASTRO (1965) que os desníveis entre as zonas urbanas e rurais são conseqüências do crescimento nacional, mas deve ser estudado, observado e atuado pelo governo. E ainda, que só o desenvolvimento real e autônomo nacional pode superar tal situação. Para CASTRO a política de desenvolvimento era uma necessidade histórica, (CASTRO, 1965, p. 279). Sem o desenvolvimento do setor agrícola ficariam comprometidas as matérias primas para o

setor industrial, e deste modo dificultaria sua concorrência no mercado mundial; e sem o desenvolvimento de um mercado interno que absorva a produção industrial, não poder-se-ia dinamizar economia, fator essencial para instauração do capitalismo.

Para CASTRO (1965) “a solução ao dilema não está ao atendimento exclusivo ao pão ou ao aço, mas simultaneamente ao pão e ao aço, em proporções impostas em face das circunstâncias sociais e das disponibilidades econômicas existentes” (CASTRO, 1965, p. 281). Conclui afirmando ser um imperativo o desenvolvimento econômico do país e que o governo e o povo devem se unir, com mútuos interesses e mútua confiança. O progresso deve trazer o mínimo necessário ao povo: alimentação. E esse mínimo só será possível ser alcançado quando se mudar as estruturas de base, incapazes de possibilitar o desenvolvimento de nossas forças produtivas, (CASTRO, 1965, p. 282).

De tais estruturas a mais retrograda e resistente ao verdadeiro progresso é a estrutura agrária, que deve ser denunciada e atacada com vigor: “É a inadequação de nossas estruturas agrárias, o fator essencial da má utilização de nossos recursos naturais, da baixa produtividade agrícola e da subocupação do homem do campo. Numa palavra: do atraso geral de nossa agricultura” (CASTRO, 1965, p. 283).

Concordando com as propostas de Jango, afirma CASTRO (1965) ser o preceito constitucional em que a desapropriação de terra só pode ocorrer mediante o pagamento prévio em dinheiro pelo justo valor, o primeiro obstáculo a ser superado, (CASTRO, 1965, p. 286). Medida que só pode ser alcançada com o apoio de toda massa da população nacional, e que só terá o apoio de toda população a partir do esclarecimento de que tal medida não beneficiará apenas os sem terra, mas todas as classes e grupos sociais, uma necessidade geral. Afirma que só com o enfrentamento do problema agrário, poder-se-á desenvolver condições de existência mínima para todos. Além da reforma agrária, outros mais problemas devem ser atacados como os problemas de distribuição dessa produção, monopolizada pelos exploradores da fome (CASTRO, 1965, p. 287).

### **Considerações finais**

As propostas de Reformas na década de 50 e início de 60 não iam além de propostas reformistas. Seu caráter revolucionário ficou por conta da propaganda conservadora de direita que não aceitavam qualquer tipo de intervenção em seu poder político e econômico.

O golpe de 64 refletiu a ineficiência dos setores de esquerda de enfrentar a possibilidade de uma resistência radical. Tal deficiência fora provocada pelas próprias contradições dentro dos setores de esquerda, que não conseguiram formular uma unidade política – ocasionado muito pela preocupação de alguns setores de esquerda com seu poder político e fundiário, caso de Jango, por exemplo. Ao contrário, a direita mesmo com suas controvérsias internas uniu-se em torno de assegurar a hegemonia da classe. O golpe de 64 refletiu também a dificuldade de alterações estruturais no país, assim como a antipatia pela participação popular na vida política do país.

Para FERNANDES (1981), a eclosão do Golpe de 64 fez parte da concretização do sistema capitalista monopolista apoiada pelo setores tradicionais, oposição ao governo Goulart caracterizado com um período de intensa mobilização popular, ou seja, estavam colocadas em cena duas forças políticas antagônicas em disputa – uma que defendia a independência econômica outra, a conservação da economia dependente. Nesse ínterim o golpe de Estado representou a derrota de uma Revolução popular ou a vitória da “contra-revolução”, dos poderes conservadores, cujo objetivo foi a manutenção de da dominação da classe burguesa. As forças políticas oligárquicas foram fundamentais para efetivação do sistema capitalista nos moldes imperialistas, principalmente, porque a classe dominante sempre contou com o Estado como meio de unificação e obtenção de seus interesses particulares (FERNANDES, 1981, p. 267). A partir dessa análise e, ao contrário de CASTRO (1965), Fernandes parece não ser tão otimista com relação as possibilidade de intervenção estatal. É importante ressaltar que, diante do contexto apresentado, seria impossível amenizar a miséria no país mediante das propostas do governo Jango. A estratégia que o PTB de Goulart pretendia seguir era a de ceder o mínimo necessário aos trabalhadores para manter a ordem nacional.

Nesse sentido, pensando a política contemporânea, como afirma BOITO (2005), o atual governo reproduz a política dependente, e condena o trabalhador brasileiro a péssimas condições de vida; Instaura políticas econômicas e sociais paliativas de combate à desigualdade social e à fome – que estão ligadas à estrutura política

econômica e social tradicionais do país. Medidas estas que servem para a contenção da classe trabalhadora. Ou seja, parece seguir a mesma política trabalhista de Getúlio e Jango. Ao mesmo tempo, parecem persistir também as mesmas controvérsias da classe dominante, setores conservadores aproveitam da ineficácia das medidas paliativas de contenção dos trabalhadores para, ao denunciarem, parecerem mais progressistas; E os setores que se reivindicam progressistas demonstram cada vez mais sua essência conservadora. É de se questionar sobre as conseqüências desse ciclo vicioso de conservadores repressivos com mascara de progressivo; e progressistas de esquerda escondendo seu conservadorismo. Principalmente com base na história que demonstrou a perversidade de um desfecho repressivo como o do golpe de 1964.

---

### Notas

i Toledo argumenta que a proximidade de Jango com os trabalhadores, seguindo a linha de Vargas, era importante para manutenção do apoio desses setores, e assim evitar insurgências. Estratégia que ou não foi compreendida, ou foi mas não aceita pelos setores de direita. Que sempre se opuseram ao PTB. Os dois principais partidos eram o PSD e a UDN.

ii Um personalismo bastante parecido com o personalismo Vargas. Ver sobre o mito Getulio Vargas: CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo,UNESP-FAPESP ed., 2000.

### Referências bibliografias:

- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. 9ª ed. 1965. Editora Brasiliense, São Paulo-Brasil.
- CORSI, Francisco Luiz. Estado Novo: política externa e projeto nacional. São Paulo, UNESPFAPESPed., 2000.
- FERNANDES, Florestan. A concretização da Revolução Burguesa. In: “A Revolução Burguesa noBrasil”. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 203-21.
- TOLEDO, Caio Navarreo de. O Governo Goulart e o Golpe de 64. Coleção tudo é história 48,brasiliense 10ª ed. São Paulo- SP. 1ªedição 1982.

## Sites consultados

Informação sobre os gabinetes parlamentares, disponível em:

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica/Os\\_gabinetes\\_parlamentaristas.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/Os_gabinetes_parlamentaristas.asp)

Parlamentarismo, sim ou não: o plebiscito de 1963:

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica/Parlamentarismo\\_sim\\_ou\\_nao.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/Parlamentarismo_sim_ou_nao.asp)

O plano trienal e a política econômica no presidencialismo:

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica/O\\_plano\\_trienal\\_e\\_a\\_politica\\_economica.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica.asp)

Reformas de base: governos versus congresso:

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica/As\\_reformas\\_de\\_base.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/As_reformas_de_base.asp)

A questão agrária no governo Jango:

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica/A\\_questao\\_agraria\\_no\\_governo\\_Jango.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/A_questao_agraria_no_governo_Jango.asp)

Cenário político partidário do período:

[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/6Na\\_presidencia\\_republica/O\\_cenario\\_politico\\_partidario\\_do\\_periodo.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/O_cenario_politico_partidario_do_periodo.asp)